

Senhora Presidente, muito obrigado.

Senhora Presidente entrante da Conferência, Ministra Javiera Toro, e senhora Presidente sainte, Ministra Samantha Marshall, em nome das quem cumprimento as demais Ministras e Ministros de Desenvolvimento Social da América Latina e Caribe, parceiros de um desafio comum, Senhor Secretário Executivo da CEPAL, José Manuel Salazar-Xirinachs, Senhor Diretor Alberto Arenas,

Senhoras e Senhores Funcionários, autoridades e integrantes dos diferentes governos, representantes de organizações internacionais e demais entidades presentes

Senhoras e Senhores

Quero em primeiro lugar felicitar à senhora Presidente da Conferência, aos membros da Mesa Diretiva, e ao governo do Chile pela nomeação para a responsabilidade de nos conduzir ao longo desta Conferência e no próximo biênio de trabalhos em prol do desenvolvimento social na região. Da mesma forma, quero agradecer ao governo de Antigua y Barbuda por sua liderança e dedicação neste biênio que passou, em um período tão desafiador para todos nós, incluindo uma pandemia que impediu a realização presencial desta Conferência tão relevante.

Trago o abraço fraterno do Presidente Lula, do Brasil, e informo que ele fez uma cirurgia no quadril com grande sucesso, já liberado do hospital, e está bem e fazendo fisioterapias para recuperação!

Vivemos um contexto de múltiplas crises, incluindo a crise de saúde, a crise climática, e agora a crise provocada por uma guerra no coração da Europa. Em consequência, ampliou-se a fome, insegurança alimentar e a pobreza. Muitos de nossos países precisam também lidar com crises e turbulências políticas, que são sintomas de um mal-estar social legítimo, que, em alguns casos, pode ser canalizado para projetos equivocados e manipuladores.

O Brasil não é uma exceção a essa regra. Nos últimos anos, vivemos um importante retrocesso político que comprometeu políticas e programas sociais estabelecidos, extinguiu canais de participação social na formulação de políticas públicas, debilitou sistemas e redes de proteção social, desvirtuando os seus propósitos e, inclusive colocando-os a serviço de fins eleitoreiros. E, enfim, chegou a colocar em risco a democracia brasileira.

Esse projeto, como sabem, não prevaleceu, e a democracia triunfou. Embora estejamos agora atarefados com a reconstrução e reordenamento das nossas políticas, programas e sistemas, devo dizer que o dano teria sido ainda maior se não fosse a institucionalidade já existente. Daí a importância do tema que a CEPAL nos traz para reflexão nesta conferência: o desenvolvimento e o fortalecimento institucional dos nossos Ministérios. De um lado, as instituições foram importantes para

manter boa parte do nosso sistema de proteção social contra os ataques de um projeto político de destruição. Por outro, essa institucionalidade não se mostrou imune a esses ataques, e seu enfraquecimento acabou resultando em graves retrocessos para as condições da população, sobretudo a mais pobre e desfavorecida. O Brasil infelizmente retornou ao Mapa da Fome da FAO, com prevalência de desnutrição chegando a perto de 5% da população, a insegurança alimentar grave chegando a 10%, e retrocesso nos principais indicadores de pobreza e pobreza extrema.

Mais do que números, para entender a dimensão humana dessa tragédia que é a fome, quero recordar, aqui no Chile, as palavras do poeta Pablo Neruda: “A fome é um incêndio frio”. “Por agora não peço mais que a justiça do almoço”.

Quero dizer, no entanto, senhora Presidente, senhor Secretário-Executivo, que agora o Brasil está de volta e prestará muita atenção aos temas sociais e ao fortalecimento de sua institucionalidade, assim como à cooperação internacional nesses âmbitos. Muitos países da América Latina deram passos importantes nos últimos anos no caminho desse desenvolvimento, mesmo enquanto o Brasil se recolhia. Espaços de intercâmbio e de cooperação, como aqueles construídos pela Conferência Regional de Desenvolvimento Social, foram fundamentais para consolidar este avanço. Queremos agora avançar junto com vocês.

Nosso programa de reconstrução compreende atuar em diversas frentes que estavam desorganizadas, bem como avançar em novas áreas

de política pública, por orientação do Presidente Lula, expandindo as atividades do nosso Ministério:

1) Lançamos o Novo Bolsa Família, instituindo benefícios adicionais escalonados para a Primeira Infância (crianças de 0 a 6 anos), assim como para crianças e adolescentes de 7 a 17 anos e para mulheres grávidas e nutrizes, começando a restaurar o foco do programa em quem mais precisa. Ao mesmo tempo o Cadastro único está sendo atualizado e reorganizado para maior eficiência, procurando eliminar erros e fraudes com fins eleitoreiros que se acumularam. De outro lado, avançando no trabalho da Busca Ativa de famílias que, mesmo passando fome nas praças e ruas do Brasil ou em casa - e já somam mais de 2,3 milhões de famílias - não estavam recebendo a transferência de renda, apesar de ter esse direito.

Já estamos colhendo os frutos desses ajustes: 19,7 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família, 92% do total, estão protegidas da pobreza, considerando a linha de pobreza do Programa, que é superior à linha utilizada pelo Banco Mundial em comparações internacionais. Ainda, considerando as famílias com crianças de 0 até 6 anos de idade atendidas pelo Programa Bolsa Família, 100% alcançaram a condição de protegidas da pobreza. Ressalto que esses resultados foram atingidos em apenas 9 meses do governo do Presidente Lula.

Estudos do Banco Mundial também nos mostram o efeito do Bolsa Família na dinamização das economias locais: onde o Bolsa Família se expande, vemos geração de empregos e crescimento da arrecadação de

impostos. Ou seja, o Bolsa Família só traz ganhos, sejam sociais, sejam econômicos. Agora neste mês de outubro o Programa Bolsa Família completa 20 anos de existência, e o mesmo estudo do Banco Mundial e FGV confirma que 65% daquela primeira geração de filhos e filhas das famílias beneficiárias, especialmente entre 2005 e 2019, saíram da pobreza.

É interessante que, ao falar de financiamento, o documento da CEPAL menciona que seria possível eliminar a pobreza extrema em apenas dois a quatro anos, a depender do país, com uma elevação do gasto social da ordem de 0,1 a 0,2% do PIB em cada país. Pois bem, como mostram nossos resultados, estamos no caminho certo para atingir esse objetivo.

2) Estamos progressivamente restaurando as capacidades do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), nosso importante sistema de proteção social não contributiva, recuperando o financiamento federal a Estados e Municípios, buscando a cooperação internacional para a sua capacitação e modernização, e trabalhando para conseguir — o que é um exemplo de reforço de institucionalidade, tal como proposto no documento de posição desta conferência — que os recursos destinados para o Desenvolvimento e Assistência Social sejam vinculantes, da mesma forma que as receitas destinadas para saúde e educação.

3) Estamos buscando retirar novamente o Brasil do Mapa da Fome, um desafio ainda maior hoje do que quando o Presidente Lula o encarou pela primeira vez há 20 anos, em 2003, e logrou vencê-lo em 2014.

No meu estado do Piauí, nordeste do Brasil, no mesmo local em que o Presidente Lula e o então Ministro José Graziano lançaram o Programa Fome Zero, neste ano lançamos o Plano Brasil Sem Fome, uma articulação de mais de 30 programas, de 24 Ministérios, e coordenado pelo MDS, com importante componente de pactuação e trabalho conjunto com Estados, municípios e a sociedade. Tenho trabalhado em cada Estado mobilizando e organizando Comitês populares do Brasil Sem Fome a cada Estado para levar a cada canto a organização institucional do povo solidário!

4) Agora para falar das nossas novas frentes. Embora a assistência social e as transferências monetárias para a erradicação da pobreza e sejam fundamentais para garantir a dignidade e os direitos humanos fundamentais, não são suficientes para descortinar todo o potencial humano das nossas populações. É o crescimento econômico e oportunidades do emprego e empreendedorismo que garante a segurança social e nosso objetivo é a Redução da Pobreza, ano a ano. Tal como corretamente assinalado na Agenda Regional de Desenvolvimento Social Inclusivo, devemos reforçar nossos programas de inclusão socioeconômica, incluindo a formação profissional, a intermediação laboral das famílias beneficiárias, e a formação e apoio ao empreendedorismo. Proponho que estudemos formas de reforçar essa área de atividade em nossa cooperação, com apoio da CEPAL, do PNUD, da OIT e outros órgãos.

Esses programas devem considerar as especificidades das barreiras para inclusão e as múltiplas formas de desigualdade e discriminação que

sofrem certos grupos da população, como as mulheres, a população negra, e desafios maiores, como cuidar da população em situação de rua e indígena no nosso país. O Presidente Lula sempre nos faz compreender que a pobreza é forte com a fome e falta de dinheiro para necessidades básicas, mas é preciso a promoção da dignidade. Por isto a importância de serviços de saúde, o acesso a educação é o alicerce, a volta do programa de moradia Minha Casa Minha Vida, luz e água para todos(as), auxílio gás, farmácia popular com 40 medicamentos de uso contínuo gratuito... agora incluindo o Brasil Conectado, com internet onde não tem, são 33 programas para dignidade.

5) Finalmente, estamos trabalhando, em conjunto com outros 16 Ministérios, na construção de uma Política Nacional de Cuidados, com 3 objetivos principais:

1) garantir o direito ao cuidado a todas as pessoas que o necessitem (com ênfase nas crianças e adolescentes, pessoas idosas e com deficiência);

2) reduzir a sobrecarga de trabalho de cuidados que recai sobre as mulheres e constitui uma poderosa barreira para o exercício de seus direitos, entre eles o de inserção no mercado de trabalho. Sim, a política de Cuidados é uma prioridade especial das mulheres do Brasil.

3) garantir o trabalho decente para todas as trabalhadoras e trabalhadores remunerados do cuidado. A Política Nacional de Cuidados do Brasil tem um potencial de transformação social e de dinamizar a economia através da criação de empregos no setor de cuidados e na

inclusão das mulheres no mercado de trabalho. Ter uma política de cuidados também significa um desenvolvimento institucional importante, pois implica em articular diversos programas e ações entre Ministérios, Estados e Municípios de modo a cuidar melhor de quem mais precisa de cuidados, mas também de quem cuida.

Com essa atualização, senhora Presidente, gostaria de concluir abordando a importância da cooperação internacional. Não precisamos reinventar a roda. Podemos todos aprender melhor uns com os outros e unir esforços se quisermos, por exemplo, avançar na implementação plena das doze propostas de fortalecimento da institucionalidade social apresentadas pela CEPAL no seu documento de posição. Este foro é um âmbito importante para promover este diálogo, mas instituições nacionais e internacionais com conhecimento prático precisam receber apoio para levarem esse conhecimento a outros países.

O Presidente Lula lançou, na última cúpula do G20, em Nova Delhi, na Índia, a proposta de articular, durante a presidência brasileira do G20, uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. O Brasil assume a presidência do G20 em dezembro, e o nosso Ministério estará junto com outras áreas de governo nessa construção.

Quero assegurar a vocês que essa Aliança, uma vez lançada, não será apenas do G20, será para todo país que quiser assumir o compromisso de implementar ou reforçar programas sociais com eficácia comprovada para o combate à fome e à pobreza.

Buscaremos conformar também um pilar financeiro, reunindo recursos de fundos e doadores internacionais e mecanismos financeiros novos, para ajudar os países com menos recursos. Um exemplo disso seria uma pactuação, como defende o Presidente Lula, com os credores de países ricos e em desenvolvimento, permitindo que o pagamento das dívidas dos países mais necessitados retorne a esses países mediante Projetos Aprovados, para investimentos no social, em educação, saúde, infra estrutura, e na sustentabilidade ambiental.

Finalmente, a Aliança que queremos prevê um pilar técnico e de cooperação, importantíssimo, justamente para apoiar nessa difusão das melhores práticas e experiências.

Se essa Aliança contra a Fome e a Pobreza for possível, ela deverá muito à experiência acumulada da América Latina e do Caribe no desenvolvimento social. Nossa região é um celeiro de boas ideias e de boas experiências nessas áreas, mesmo com recursos limitados. É por essa razão, senhora Presidente, senhoras e senhores, que finalizo com um oferecimento: se for da vontade desta Conferência, gostaria de submeter a candidatura do Brasil para dar continuidade ao trabalho tão importante desenvolvido por Antigua y Barbuda e, agora, pelo Chile, sendo a sede da próxima conferência regional, no Brasil, em 2025, e assumindo a presidência da Conferência daquele biênio. Seria uma honra muito grande, e uma forma de contribuir com este importante trabalho.

Estou muito animado para a continuação dos debates e intercâmbios nestes dias. Muito obrigado!